



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

AGROECOLOGIA COMO PRÁTICA EDUCATIVA: REFLEXÕES SOBRE INTERDISCIPLINARIDADE E CURRÍCULO NO ENSINO MÉDIO

João Leandro Neto ¹

Tayronne de Almeida Rodrigues²

Resumo: Este artigo analisa a presença da agroecologia nos documentos curriculares da educação básica brasileira, com ênfase na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) voltada para o Ensino Médio. A agroecologia é compreendida como campo epistêmico e prática social que tensiona o modelo hegemônico de produção agrícola, integrando dimensões ecológicas, sociais, políticas e culturais. O objetivo do trabalho consiste em identificar conteúdos e competências que mantenham interface com os princípios agroecológicos e refletir sobre os desafios para sua efetivação como prática educativa nos espaços escolares. Para isso, adota-se uma metodologia qualitativa, estruturada por meio de análise documental e revisão bibliográfica. O corpus analítico é constituído pela versão homologada da BNCC e por textos acadêmicos que discutem currículo, agroecologia, interdisciplinaridade e educação do campo. A análise recorre a categorias como território, sustentabilidade, alimentação, conflitos fundiários e saberes tradicionais. Os dados indicam que a agroecologia comparece de forma transversal nas áreas de Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Linguagens, ainda que sem a delimitação formal de um componente específico. A transversalidade observada depende da leitura crítica do documento e da atuação de sujeitos escolares comprometidos com práticas pedagógicas situadas e dialógicas. Os resultados também direcionam para a necessidade de projetos político-pedagógicos que reconheçam a escola como espaço de construção coletiva do conhecimento, ancorada nas experiências dos territórios e nos modos de vida do campo. A consolidação da agroecologia nos currículos escolares demanda a valorização de saberes diversos, formação docente contextualizada e investimento em políticas educacionais que reconheçam sua densidade epistemológica e seu vínculo com os direitos socioambientais. A escola, nesse contexto, assume o desafio de construir percursos formativos ancorados na realidade concreta dos sujeitos e na complexidade das relações entre sociedade, natureza e cultura.

Palavras-chave: Agroecologia; Currículo Escolar; Educação do Campo; BNCC; Interdisciplinaridade.

INTRODUÇÃO

A agroecologia configura-se como um campo teórico e prático que tensiona modelos de desenvolvimento agrícola ancorados na lógica do agronegócio e propõe formas sustentadas na diversidade biológica, na soberania alimentar e nas relações sociais solidárias. Ao extrapolar os limites das técnicas de cultivo e manejo ecológico, se consolida como dimensão política e epistêmica, cuja complexidade requer processos formativos que considerem a totalidade dos saberes envolvidos, em seus entrelaçamentos éticos, ecológicos, territoriais e educativos. Nesse sentido, torna-se relevante examinar como essa perspectiva se inscreve nos dispositivos normativos da educação básica brasileira, em particular na Base Nacional Comum Curricular

¹ Doutorando pela Universidade Federal do Vale do São Francisco. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1738-1164>. E-mail: joaoleandro@gmail.com

² Doutor pela Universidade Federal do Vale do São Francisco. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9378-1456>. E-mail: tayronnealmeid@gmail.com



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

(BNCC), documento que orienta os currículos das redes escolares públicas e privadas em todo o país.

O reconhecimento da agroecologia como campo de conhecimento exige a superação da compartimentalização disciplinar e demanda a construção de processos educativos integrados, que articulem diferentes áreas do saber a partir de eixos temáticos enraizados em experiências de vida, cultura, território e organização social. A esse respeito, Altieri (2012) compreende a agroecologia como uma ciência orientada por princípios ecológicos, cuja função ultrapassa a dimensão agrônoma e alcança a compreensão das dinâmicas socioculturais no meio rural. Tal compreensão se aproxima da proposta epistemológica de Morin (1999), ao indicar que o conhecimento não pode ser reduzido à simplificação e à fragmentação, sendo necessário considerar os nexos entre o biológico, o social, o histórico, o político e o simbólico.

No contexto educacional, as diretrizes da BNCC (Brasil, 2018) organizam os componentes curriculares por áreas do conhecimento, prevendo a integração entre elas mediante temas transversais, projetos interdisciplinares e competências gerais. Dentro dessa estrutura, verifica-se a presença de temas que se relacionam diretamente com os princípios agroecológicos, ainda que a agroecologia não figure como componente explícito e autônomo. Questões relacionadas à sustentabilidade, à justiça socioambiental, ao direito à alimentação adequada, à valorização dos saberes tradicionais e à leitura crítica das desigualdades no campo encontram-se distribuídas em diferentes áreas, como Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Linguagens e Matemática.

A leitura desses elementos, no entanto, requer uma análise crítica da forma como esses temas são tratados, de modo a compreender se a perspectiva agroecológica é efetivamente contemplada como possibilidade formativa ou se permanece diluída em fragmentações temáticas que comprometem seu potencial educativo. Conforme afirma Caldart (2019), a agroecologia se consolida a partir de experiências de luta e resistência dos povos do campo, e seu processo educativo não se separa da prática social. Assim, os currículos escolares, ao dialogarem com a agroecologia, devem considerar os conteúdos e os modos de produção do conhecimento e suas implicações políticas e pedagógicas.

Este artigo propõe analisar, a partir de revisão documental e bibliográfica, de que maneira os princípios da agroecologia estão inscritos na BNCC, com atenção às potencialidades



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

e aos limites dessa presença para a formação de sujeitos capazes de compreender e intervir nas questões socioambientais contemporâneas. A análise tem como propósito identificar a transversalidade dos temas vinculados à agroecologia e discutir os obstáculos enfrentados na construção de práticas pedagógicas críticas e situadas territorialmente.

METODOLOGIA

A pesquisa se estrutura com base em uma abordagem qualitativa, de natureza teórico-documental, priorizando a análise de conteúdos oficiais da política educacional brasileira e textos acadêmicos recentes que tratam das relações entre agroecologia, currículo e formação escolar. O estudo compreende que o campo educacional pode ser analisado como espaço de disputa, carregado de tensões, contradições e sentidos, conforme indica Arroyo (2011), ao tratar da materialidade política do currículo e dos processos educativos como campo de mediações.

O corpus documental foi composto pela versão homologada da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), com foco nos componentes curriculares do Ensino Médio. A análise concentrou-se nas quatro áreas do conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, propondo identificar recorrências temáticas, objetivos de aprendizagem e competências que mantenham interface com princípios da agroecologia. A seleção desses fragmentos ocorreu com base em categorias previamente definidas: território, sustentabilidade, justiça socioambiental, alimentação saudável, relações de trabalho no campo, cultura camponesa, saberes tradicionais, economia solidária e conflitos fundiários.

Além da análise documental, foi realizada uma revisão bibliográfica com textos científicos publicados nos últimos quinze anos, considerando obras de referência no campo da agroecologia (Altieri, 2012; Caporal; Costabeber, 2004), estudos sobre o currículo e a interdisciplinaridade (Sacristán, 2000; Fazenda, 2011) e publicações voltadas à educação do campo e à formação crítica (Caldart, 2019; Arroyo, 2011). A revisão teve como finalidade identificar os conceitos teóricos fundantes da agroecologia e sua relação com as práticas pedagógicas inter e transdisciplinares.

A análise dos dados seguiu uma orientação hermenêutica, interpretando os documentos e textos à luz do referencial teórico selecionado, com atenção aos sentidos históricos, políticos



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

e educacionais que configuram a presença direta ou mediada da agroecologia no currículo oficial. A metodologia adotada busca, portanto, compreender as implicações formativas da inserção dos temas agroecológicos, considerando tanto os limites estruturais da BNCC quanto as possibilidades abertas pelas práticas pedagógicas comprometidas com o território, a vida e os direitos coletivos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A leitura crítica da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) permitiu observar que diversas temáticas ligadas à agroecologia encontram-se presentes de forma dispersa nas áreas do conhecimento, sem que o campo agroecológico seja nomeado diretamente. No entanto, categorias como território, sustentabilidade, justiça ambiental, práticas alimentares saudáveis e modos de vida camponeses estão previstas nos componentes curriculares, sendo distribuídas em conteúdos e competências que perpassam as disciplinas. Essa dispersão, ao ser interpretada por uma perspectiva epistemológica comprometida com a complexidade, amplia a compreensão de que a agroecologia transcende o campo técnico e adquire densidade política e formativa, conforme preconiza Altieri (2012), ao tratar da agroecologia como ciência que integra processos sociais, ecológicos e culturais.

Nas Ciências da Natureza e suas Tecnologias, os conteúdos relacionados ao uso dos recursos naturais, à biodiversidade e à produção de alimentos orgânicos criam condições para o trabalho com questões que tangenciam a agroecologia. Esses conteúdos estabelecem relações entre saúde, ambiente, consumo e modos de produção, sendo possível aproximá-los dos princípios agroecológicos, conforme sistematizados por Caporal e Costabeber (2004). A sistematização dos conceitos de manejo ecológico, agrobiodiversidade e soberania alimentar permite uma leitura do documento que vincula tais temas à formação ética, ecológica e cidadã dos estudantes.

Nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, a presença de temas como concentração fundiária, conflitos agrários, desigualdades sociais e movimentos populares amplia o leque de possibilidades para que o currículo dialogue com a realidade do campo brasileiro. A história das lutas sociais e os modos de vida dos povos do campo, das florestas e das águas aparecem como possibilidades para se compreender a educação para além dos conteúdos disciplinares,



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

incorporando a territorialidade como elemento estruturante das práticas educativas. Nesse sentido, Caldart (2019) afirma que a agroecologia constitui-se como prática social que nasce da resistência e da produção de conhecimento coletivo, enraizado nas experiências concretas dos sujeitos do campo.

O exame da área de Linguagens e suas Tecnologias também permitiu identificar elementos que podem ser trabalhados a partir de uma perspectiva agroecológica, como as expressões literárias vinculadas à vida no campo, à oralidade e à cultura popular. O trabalho com gêneros discursivos que emergem da vida rural, como causos, cantigas, poemas de cordel e narrativas orais, torna possível desenvolver uma leitura crítica da realidade, abrindo espaço para que os sujeitos escolares se reconheçam nos materiais trabalhados. Nesse ponto, Fernandes (2017) entende que o território é condição para a produção do conhecimento e da identidade, sendo a escola um espaço em que essas experiências podem ganhar expressão pedagógica.

A leitura da BNCC sob a ótica da agroecologia requer um deslocamento epistemológico, no qual a interdisciplinaridade implica a construção de nexos conceituais que respeitam a complexidade das realidades socioculturais e ecológicas. Morin (1999) defende que o pensamento complexo exige uma reorganização das formas de conhecer, incorporando contradições, incertezas e interações entre diferentes saberes. Essa perspectiva, aplicada à leitura do currículo, tensiona a lógica da segmentação e permite uma compreensão mais ampla do papel da agroecologia na formação escolar.

Apesar da identificação de conteúdos que tangem à agroecologia, a ausência de uma política curricular que reconheça formalmente esse campo como estruturante dificulta sua efetivação nas práticas pedagógicas. A presença fragmentada de temas ecológicos ou sociais, sem articulação com os princípios teóricos da agroecologia, pode conduzir a um tratamento superficial desses conteúdos. Arroyo (2011) argumenta que o currículo é um território em disputa, no qual forças distintas tentam imprimir sentidos às experiências escolares. A agroecologia, ao não ser reconhecida de forma explícita, acaba sendo dependente da iniciativa de educadores e projetos pedagógicos locais.

A efetivação da agroecologia como prática educativa exige a valorização dos saberes locais, das experiências camponesas e das epistemologias que surgem da relação com o território. A BNCC, ao prever competências que envolvem a leitura crítica da realidade, a



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

responsabilidade socioambiental e a valorização das culturas locais, abre possibilidades para a inserção da agroecologia, embora sem estrutura normativa específica. Isso implica reconhecer a necessidade de projetos pedagógicos comprometidos com a realidade do campo, com a formação de educadores atentos às questões ecológicas e sociais, e com a superação da lógica conteudista.

O exame documental indica que o reconhecimento da agroecologia nos currículos escolares está condicionado a uma leitura crítica dos documentos oficiais, articulada à prática educativa situada e ao engajamento político-pedagógico das comunidades escolares. Essa compreensão se alinha à proposta de uma pedagogia da alternância, defendida por Costa et al. (2017), na qual o conhecimento é produzido a partir da alternância entre o saber da escola e o saber do território. A agroecologia, nesse contexto, pode assumir uma função estruturante na produção curricular, desde que compreendida como prática social e epistemológica.

Os resultados da análise também indicam que a efetivação da agroecologia nas escolas depende da consolidação de políticas públicas de formação docente, do apoio a experiências pedagógicas vinculadas ao campo e da construção de materiais didáticos que considerem a realidade dos territórios rurais. Ribeiro et al. (2017) apontam que as iniciativas bem-sucedidas em educação agroecológica no Brasil se apoiam em práticas pedagógicas contextualizadas, construídas com base nas experiências das comunidades e sustentadas por uma concepção de educação como práxis social.

A agroecologia, enquanto projeto formativo vinculado à justiça socioambiental e à emancipação dos sujeitos do campo, requer uma prática curricular que vá além da inserção ocasional de temas ecológicos. A leitura crítica da BNCC aponta percursos viáveis para essa construção, embora delimite os entraves oriundos de uma estrutura curricular ainda vinculada a modelos hegemônicos de conhecimento. Nesse cenário, a resistência pedagógica e a produção de saberes localizados assumem uma posição estratégica na consolidação da agroecologia como matriz educativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da Base Nacional Comum Curricular, realizada a partir de uma leitura ancorada no campo epistemológico da agroecologia, indicou que há inserções temáticas que



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

dialogam com os fundamentos desse campo, distribuídas entre as áreas de conhecimento do Ensino Médio. No entanto, a ausência de uma diretriz formativa que reconheça explicitamente a agroecologia como eixo organizador dificulta sua consolidação como prática educativa contínua e estruturada. O que se encontra são possibilidades de conexão, cuja ativação depende de interpretações pedagógicas, da formação docente e da construção de projetos político-pedagógicos situados nos territórios escolares.

As áreas de Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Linguagens comportam elementos que, quando trabalhados de forma integrada e dialógica, permitem o trânsito por temas como sustentabilidade, alimentação saudável, conflitos fundiários, cultura camponesa, saberes tradicionais e formas alternativas de produção. Essa configuração demanda uma concepção de currículo que valorize o território, a diversidade de saberes e a formação crítica. A perspectiva agroecológica, nesse sentido, requer o reconhecimento das interações entre natureza e sociedade, conhecimento acadêmico e saber popular, técnica e ética.

A prática curricular, para incorporar os fundamentos agroecológicos, precisa estar associada a uma concepção formativa que reconheça a escola como espaço de construção social do conhecimento, onde se cruzam experiências locais e demandas globais. Essa perspectiva implica considerar a realidade dos sujeitos, suas condições de vida e as formas de resistência presentes nos territórios. A agroecologia se constitui como um campo teórico e prático voltado à transformação da realidade, com base em processos educativos comprometidos com a justiça social e ambiental.

O trabalho com a agroecologia no ambiente escolar exige que educadores compreendam suas dimensões científicas, políticas e culturais. A transdisciplinaridade, defendida por Morin (1999), exige que os processos educativos incorporem a complexidade dos fenômenos e construam nexos entre áreas do conhecimento. A prática pedagógica, nesse sentido, deixa de se limitar à transmissão de conteúdos isolados e passa a operar como mediação crítica entre o conhecimento escolar e a vida concreta dos estudantes.

As experiências de educação do campo no Brasil, conforme discutido por Caldart (2019), mostram que a agroecologia pode ser integrada aos currículos escolares por meio de projetos pedagógicos autônomos, materiais didáticos contextualizados e processos de formação continuada que dialoguem com a realidade das comunidades. Essas experiências operam na



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

contramão da fragmentação curricular, ao se apoiarem em princípios como autonomia, cooperação e reconhecimento dos saberes locais.

A leitura crítica da BNCC, realizada nesta pesquisa, não identificou impedimentos normativos explícitos para a inserção da agroecologia nos currículos escolares. Por outro lado, o documento tampouco estabelece diretrizes claras para sua implementação. Essa ambiguidade abre espaço para que a presença da agroecologia dependa da iniciativa de sujeitos escolares, o que torna sua consolidação uma tarefa política, coletiva e situada.

Nesse cenário, torna-se necessário fortalecer práticas pedagógicas que construam pontes entre o cotidiano escolar e as experiências agroecológicas em curso nos territórios. Práticas que devem ser concebidas a partir de uma perspectiva histórica e crítica, que compreenda o currículo como construção social em disputa, conforme discute Arroyo (2011). A construção de materiais didáticos contextualizados, a articulação com movimentos sociais e a escuta ativa das comunidades escolares compõem caminhos viáveis para consolidar a agroecologia como parte viva do projeto educativo.

Os dados obtidos na presente análise sinalizam a necessidade de se investir em políticas públicas que valorizem a agroecologia enquanto campo formativo, tanto na formação inicial quanto na continuada de professores. É necessário que a agroecologia seja compreendida como campo teórico capaz de estruturar propostas pedagógicas voltadas à transformação da realidade e à emancipação dos sujeitos historicamente excluídos dos processos decisórios sobre o modelo de desenvolvimento.

A consolidação da agroecologia enquanto prática educativa exige a articulação com os princípios da justiça socioambiental, da valorização da diversidade cultural e da sustentabilidade ecológica, o que implica um posicionamento ético e político diante dos territórios e das populações que os habitam. Nesse contexto, a instituição escolar pode ser compreendida como um espaço de mediação pedagógica que, ao incorporar perspectivas agroecológicas, instaura tensões frente aos modelos educacionais baseados na racionalidade instrumental e abre margem para a reconstrução crítica dos saberes, das formas de ensino-aprendizagem e das relações socioculturais que configuram o campo educativo.



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

ARROYO, M. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 2 jul. 2025.

CALDART, R. S. Agroecologia nas escolas de educação básica: fortalecimento e resistência ativa. In: ENCONTRO ESTADUAL DE EDUCADORES E EDUCADORES DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA DO MST RS, 8., 2019, Nova Santa Rita. **Anais...** Nova Santa Rita: MST, 2019.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/IICA, 2004.

COSTA, T. P. et al. Dinâmica didático-pedagógica do ensino da alternância na perspectiva agroecológica na Escola Família Agrícola de Sobradinho – EFAS. **Extramuros: Revista de Extensão da Univasf**, Juazeiro, v. 5, n. 2, p. 75-93, 2017.

FERNANDES, B. M. Educação do campo e territórios de identidade: resistências e emancipações. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 70, p. 1–20, 2017. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782017227033>

FAZENDA, I. C. **Interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. Campinas: Papirus, 2011.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

RIBEIRO, D. S. et al. (Org.). **Agroecologia na educação básica**: questões propositivas de conteúdo e metodologia. São Paulo: Outras Expressões, 2017.